

NACIONAL

economia - Brasil

Planalto pode anunciar ajuste fiscal esta semana

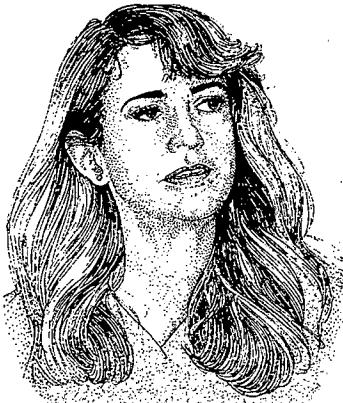
Comissão de Controle e Gestão Fiscal aprovou medidas pontuais, como a limitação para preencher vagas na administração federal

Mónica Izquierre, Patrícia Gomes*, Sandra Machado* e Ruy Fabiano de Brasília

O governo prepara-se para anunciar já "nos próximos dias" o seu programa de ajuste fiscal de médio e longo prazo, informou ontem o secretário executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares. Espera-se o primeiro pronunciamento do presidente Fernando Henrique, como presidente reeleito, tão logo saia o resultado oficial das apurações. O discurso será sobre a necessidade do País enfrentar sacrifícios e fazer o ajuste do setor público.

Ontem, novas medidas pontuais foram aprovadas pela Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF), entre elas uma limitação ainda maior para preenchimento de cargos vagos na administração federal e a transferência da contas da Previdência Social para o Tesouro Nacional.

O programa fiscal não deverá ser anunciado nesse primeiro pronunciamento do presidente, que "poderá fazer uma menção do que descortina como trabalho nos próximos me-



Cláudia Costin

ses", disse o porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral.

Conforme o ministro interino da Fazenda, Pedro Parente, integrantes da equipe econômica reuniram-se ontem com o presidente justamente para definir parte do conteúdo do pronunciamento.

A ministra da Administração, Cláudia Costin, participou ontem da reunião da CCF, organismo co-presidido por Martus Tavares e Pedro

Parente. Foi ela quem anunciou que os novos critérios adotados ontem reduzem à metade o limite de preenchimento de cargos que ficam vagos na administração federal, por morte, aposentadoria ou ainda demissão de servidores. Até então, o limite era de um terço. Por recomendação da CCF, passa a ser de um sexto apenas.

Cálculos feitos pelo Ministério da Administração com base no movimento verificado em 1998 indicam que cerca de 15 mil cargos ficam vagos por ano na administração federal. Pelo critério anterior, 5 mil poderiam ser preenchidos por novos servidores. Agora, só 2.500 poderão ser ocupados.

O salário médio mensal do pessoal que se aposenta, morre ou deixa o serviço público federal por outro motivo é de aproximadamente R\$ 1.500,00. Considerando-se que mais 2.500 vagas deixarão de ser preenchidas, a decisão da CCF representa uma economia de R\$ 49,875 milhões por ano. Os concursos públicos com edital já lançados estão

mantidos e ficam fora do novo limite, informou a ministra. Mas aqueles programados, cujo edital ainda não havia saído poderão ser inclusive ser cancelados, como, por exemplo, o que estava previsto para contratação de fiscais do Ibama, confirmou ela.

Alguns concursos não poderão mais ser realizados porque, além de limitar o preenchimento a 1/6 das

vagas, a decisão da CCF estabelece que só poderão ser admitidos servidores em carreiras onde há carência de pessoal. Entre as 19 definidas, estão, por exem-

plio, as de agente e de delegado de Polícia Federal, analista de orçamento, advogado da União, auditor do Tesouro, pesquisador em ciência e Tecnologia, diplomata, fiscal do Trabalho, patrulheiro rodoviário e outras. Nesses casos, o número de servidores poderá até crescer, pois o limite de 1/6 é global e não por carreira, explicou Pedro Parente.

Foi ele quem anunciou que a Previdência Social deixa de ter contas próprias no sistema bancário para integrar a Conta Única do Tesouro Nacional no Banco Central, como os demais ministérios. Isso evita que o governo tenha que baixar Medidas Provisórias criando mecanismos para o Tesouro transferir dinheiro da Conta Única para cobrir o déficit da

Previdência, que este ano chegará a quase R\$ 7 bi.

Como o repasse não é imediato, a Previdência tem ficado com saldo devedor no sistema bancário,

o que gera gastos adicionais com juros. Considerados os déficits estimados daqui até o final do ano, a decisão tomada ontem permitirá uma economia de aproximadamente R\$ 70 milhões em pagamentos de juros só esse ano, disse Parente.

A decisão pressupõe que as receitas próprias da Previdência com contribuições também vão para a

Conta Única. A mudança, acrescentou ele, não vai afetar em nada o pagamento dos benefícios, pois a rede bancária continuará sendo usada como prestadora de serviços.

Um terceira medida adotada ontem pelo CCF tem como objetivo reduzir os gastos do governo com passagens aéreas. Autoridades que antes viajavam de primeira classe — como secretários executivos de ministérios e titulares de representações diplomáticas — terão que viajar de classe executiva. Diplomatas no topo de carreira (ministros de primeira classe) e presidentes de estados, que antes podiam viajar na classe executiva, passam a viajar na econômica (ressalvadas viagens de mais de 8 horas).

Os ministérios poderão negociar descontos promocionais com as companhias áreas. Antes estavam sujeitos à chamada tarifa G, uma tarifa especial para o governo, que deixou de ser a mais barata quando os preços das passagens foram liberados, explicou Pedro Parente

(* do InvestNews)